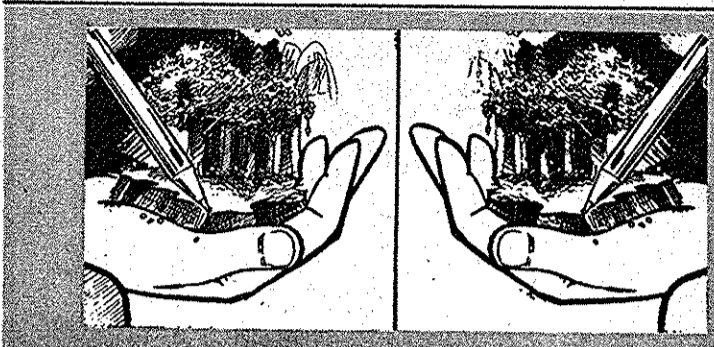


Os Tukano querem terra demarcada? "Nós a daremos", responde o governo, ou melhor, o Conselho de Segurança Nacional (CSN). Só que a um preço alto, muito alto: ou esse povo do alto rio Negro aceita que a demarcação seja feita por aldeia, e não de toda a área, ou concorde em ver seu território transformado em colônia agrícola, onde não-índios teriam acesso sem nenhum problema. Além de terem a Paranapanema fixada definitivamente na área.

Segundo o Estatuto do Índio, em seu artigo 28, parágrafo 29, "colônia agrícola indígena é a área destinada à exploração agropecuária, administrada pelo órgão de assistência ao índio, onde convivam tribos aculturadas e membros da comunidade nacional". Ou seja, para o governo, os índios devem passar a produzir economicamente como qualquer colono "normal". É o que se conhece por etnocídio.

Se os Tukano aceitarem a proposta, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) promete liberar imediatamente recursos para projetos agropecuários e para a instalação de serrarias. Afinal, como afirmou Bayma Denys, secretário-geral do CSN, "reserva é coisa para índio selvagem, enquanto colônia é pra índio aculturado". Consultada, a comunidade tukano não aceitou a proposta, mas as negociações estão sendo realizadas.

Não muito diferente é o caso dos Makuxi e Wapixana das regiões da



Projetos do CSN ameaçam povos da Amazônia

serra da Lua, Taiano e Amajari, em Roraima, que poderão ter suas áreas diminuídas, apesar de algumas já estarem demarcadas e outras delimitadas. Uma comissão do Ministério do Interior está na região desde o dia 23 de junho último para fazer "estudos mais profundos sobre a demarcação". Os membros da comissão, que deveria contar também com representantes dos Ministérios da Justiça e da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, afirmam que as negociações não precisam girar em tor-

no dos 66,6 quilômetros, como propõe Bayma Denys. "Pode-se chegar a um acordo". Enquanto isso, as áreas indígenas localizadas na região de Normandia, Surumu e das serras, densamente povoadas e invadidas por garimpeiros, continuam sem demarcação.

E como se tudo isso fosse pouco para os Makuxi e Wapixana, pois ainda o Conselho de Segurança Nacional fala em não demarcar os territórios indígenas que abrangem os dois lados de rios navegáveis ou de estradas federais. Em nome da segurança nacional.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

É sob essa concepção de segurança nacional que aparecem o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia

(PDA), concebido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e o Programa Calha Norte, nascido na Secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional. Os dois projetos, que pretendem ocupar "racionalmente" a Amazônia, movimentarão até 1989 um total de 1,5 bilhão de cruzados.

Inspirado na Exposição de Motivos nº 0921, de 19 de agosto de 1985, da Secretaria-geral do CSN, só agora, quando começa a ser executado, o PDA tem o seu conteúdo divulgado. Nem mesmo o Congresso Nacional chegou a discuti-lo.

O Programa de Desenvolvimento da Amazônia, abrangendo quatro projetos (o Calha Norte é um deles), atingirá 11 mil quilômetros de fronteiras com sete países latino-americanos. Nessa faixa, habitam atualmente 88 povos diferentes, num total de 78 mil indivíduos, que compõem 33% da população indígena no Brasil. E o governo age como se nenhum deles existisse.

OBJETIVOS

O programa pretende alcançar dois objetivos: reforçar "os aspectos de soberania e controle efetivo do patrimônio nacional" e ao mesmo tempo "tornar as fronteiras um lugar capaz de atrair colonos e empresários dos eixos tradicionais de imigração, como forma de aumentar a circulação econômica de riquezas". Para isso, foi destinado somente ao Calha Norte 630 milhões de cruzados para ser usado até 1990.

Aos povos indígenas da Amazônia resta a única alternativa de submissão à política governamental de desenvolvimento da região, se não participando das atividades previstas pelo menos não constituindo "obstáculos" à execução dos planos.

Por isso, a posição do secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional de utilizar um critério "razoável" na demarcação de áreas indígenas, e que encontra justificativa no Calha Norte: "Destaca-se, no âmbito dos referidos projetos, a prioridade especial concedida ao aumento da presença brasileira na linha de fronteira, considerada elemento fundamental e efetivo para iniciar a vivificação da faixa de fronteiras e para o desenvolvimento e segurança da área".

Mas se o PDA for realmente implantado, o governo estará atingindo os povos indígenas de três modos: seus direitos territoriais garantidos pela Constituição e pelo Estatuto do Índio serão negados, suas terras serão privatizadas e eles serão obrigados a se incorporar na economia regional. A curto prazo, é a total destruição de sua cultura; a médio e a longo sua extinção física. E não há nenhum indicio de que o governo queira voltar atrás em suas intenções. É a República do Sarney.

